

| AÇÃO AMAERJ |

Amaerj define Planejamento Estratégico para 2013



Membros da Diretoria e associados debatem questões de grande relevância na sede central da Associação

A Amaerj promoveu, em janeiro, a primeira reunião associativa do ano. O encontro, realizado no auditório Renato de Lemos Maneschy, na sede da Associação, contou com a participação de mais de 40 magistrados. Na ocasião, o presidente Cláudio dell'Orto definiu junto aos associados o Planejamento Estratégico de 2013 e apresentou o balanço financeiro dos gastos ocorridos em 2012. **Pág. 06**

| EVENTOS |

Congresso de Responsabilidade Civil reuniu grandes nomes do Direito internacional



Juristas do Brasil, Argentina e Estados Unidos da América prestigiaram o evento realizado no Pleno do TJ-RJ

Patrocinado pela Amaerj, em parceria com as Organizações Globo e o TJ-RJ, o Congresso Internacional de Responsabilidade Civil – A Proteção dos Vulneráveis reuniu, em dezembro, destacados juristas nacionais e internacionais para

debater assuntos relacionados ao tema. Entre os palestrantes internacionais, estiveram presentes Ricardo Lorenzetti, Gabriel Stiglitz e Jorge Mosset-Iturraspe, da Argentina, e William Powers, dos Estados Unidos. **Pág. 05**

| AÇÃO AMAERJ |

Meta 1 do CNJ: requerimento da Amaerj foi atendido

O Tribunal de Justiça do Rio (TJ-RJ) atendeu o requerimento (Nº 2012-0231611) apresentado pela Amaerj em novembro, sobre o cumprimento da Meta 1 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Ficou estabelecido que, no cálculo da produtividade nas acumulações, relativas ao mês de novembro, serão descontados os dias considerados como feriado ou ponto facultativo. **Pág. 03**

Amaerj lança nova enquete

A Amaerj quer saber a opinião do associado sobre a exigência de curso para remoção e promoção por antiguidade. A Associação lançou a nova enquete em janeiro e já divulgou os resultados da pesquisa anterior. **Pág. 04**

| RIO |

Tribunais do Rio empossam presidentes

As desembargadoras Leila Mariano, presidente do TJ-RJ, e Leticia Sardas, presidente do TRE-RJ, tomaram posse de seus respectivos cargos no início deste ano. A eleição das magistradas representa um marco para o Judiciário fluminense, que tem pela primeira vez mulheres à frente da administração dos Tribunais. Confira as entrevistas concedidas ao Amaerj Notícias. **Págs. 12 e 13**

Dell'Orto prestigia cerimônia de posse da nova diretoria da AMMA

Em discurso, o novo presidente da entidade defendeu a importância do associativismo



O juiz Gervásio Santos, no centro da foto, recebeu os cumprimentos do presidente da Amaerj, Cláudio dell'Orto

O presidente da Amaerj, Cláudio dell'Orto, participou da solenidade de posse da nova diretoria executiva da Associação dos Magistrados do Maranhão (AMMA), biênio 2013-2014. A cerimônia, que ocorreu em 11 de janeiro, reuniu presidentes de outras nove associações, membros dos Poderes Judiciário, Executivo, Legislativo, Ministério Público, advogados, defensores públicos e representantes de diversos segmentos da sociedade.

A nova diretoria da AMMA tem a seguinte composição: Gervásio Santos (presidente); Marcelo Moreira (1º vice-presidente); Ângelo Alencar (2º vice-presidente); Adelvam Nascimento (3º vice-presidente); Marilse Medeiros (secretária-geral); Clênio Lima Corrêa (secretário-adjunto); Carlos Veloso (tesoureiro-geral) e Lavínia Macedo Coelho (tesoureira-adjunta).

Em tom de reflexão, Gervásio Santos abordou em seu discurso o papel do associativismo no âmbito da magistratura e

os desafios atuais. Segundo ele, o Judiciário vivencia um paradoxo, pois enquanto o Supremo Tribunal Federal, na pessoa do ministro Joaquim Barbosa, encarna perante a opinião pública a figura do magistrado independente e que não hesita em aplicar a lei, os juízes de 1º grau, desembargadores e os ministros dos demais tribunais experimentam um profundo processo de desvalorização.

Tal desvalorização, segundo ele, atinge frontalmente a autoestima do magistrado brasileiro. “Ninguém, em sã consciência e de boa fé, pode dizer que um Judiciário que proferiu mais de 22 milhões de sentenças e acórdãos no ano de 2011, segundo os dados oficiais do CNJ, é improdutivo. Se o sistema não funciona como a sociedade brasileira gostaria, e como, aliás, gostariam os próprios membros do Poder Judiciário, a causa, definitivamente, não é a falta de empenho dos magistrados”, enfatizou.

(Com informações da AMMA)

Mensalão: artigo do presidente da Amaerj repercute na imprensa

Para o magistrado, o julgamento foi um dos mais midiáticos processos da história do Judiciário brasileiro

O artigo “No julgamento do mensalão, os ritos fortalecem os mitos”, escrito pelo presidente da Amaerj, Cláudio dell'Orto, teve grande repercussão na imprensa nacional. O texto foi publicado pelos jornais: Correio Braziliense (DF), O Vale (S. José dos Campos-SP), Folha Metropolitana (Guarulhos-SP), Jornal do Comércio (AM), Diário da Manhã (GO), Diário de Notícias (SP) e Correio Popular (Campinas-SP). A opinião do magistrado também foi divulgada nos sites do Jornal do Brasil e Congresso em Foco.

No texto, Dell'Orto aponta que o julgamento do Mensalão, no Supremo Tribunal Federal (STF), suscita reflexão sobre o sistema processual brasileiro, que seria “sem dúvida anacrônico e excessivamente ritualístico”. Para o magistrado, repetem-se em nossa mais alta corte os problemas que afetam o cidadão comum em sua interação cotidiana com o Judiciário.

“Um dos mais midiáticos processos de nossa história tramita há oito anos no STF. Portanto, por mais destaque que tenha na mídia, está muito distante dos fatos que o originaram, mitigando a percepção da opinião pública quanto aos efetivos resultados práticos da ação da Justiça. Como se não bastasse a demora, os ministros, ao manifestarem suas teses e votos, mostram-se surpresos com os fatos relatados, como se os estivessem conhecendo apenas agora. Muitas vezes, prevalece a desconfortável sensação de que a dramaturgia dos ritos estimula os mitos sobre as virtudes e os defeitos do Judiciário”, escreveu Dell'Orto.

EXPEDIENTE

Associação dos Magistrados do Estado do Rio de Janeiro
Rua Dom Manuel, 29 - 1º andar
Centro - Rio de Janeiro - 20010-090
Tel.: (21) 3861-1130/1116/1112
imprensa@amaerj.org.br
www.amaerj.org.br

Coordenadoria de Comunicação Social:
Desembargador Antonio José Ferreira
Carvalho, Juíza Andrea Maciel Pachá,
Editora: Ada Caperuto (MTB 24082)
Redação: Diego Carvalho, Flávia Rodrigues,
Sarita Yara

Conteúdo e responsabilidade editorial:
Ricardo Viveiros & Associados – Oficina de
Comunicação, empresa filiada à Aberj (Associação
Brasileira de Comunicação Empresarial)

Editora JC
Telefax: (21) 2240-0429
editorajc@editorajc.com.br
CTP, impressão e acabamento:
Edigráfica

AMAERJ NOTÍCIAS é um informativo mensal da Associação dos Magistrados do Estado do Rio de Janeiro, integralmente patrocinado pela Petrobras. É permitida a reprodução parcial ou total das matérias, desde que citada a fonte.

Questões de carreira pautaram última Reunião Aberta de Diretoria de 2012

Diretores e associados definiram em dezembro o posicionamento da Associação em temas de grande relevância para classe



Sarita Yara | Amaerj

Debates focaram no vencimento do biênio de juízes eleitorais e obrigatoriedade de curso para formação de Turma Recursal

A Amaerj realizou, em 19 de dezembro, a última Reunião Aberta de Diretoria de 2012. Foram discutidas diversas questões de interesse dos associados, entre elas o vencimento do biênio dos juízes eleitorais, a obrigatoriedade de curso para remoção/promoção por antiguidade, verificação do cumprimento do interstício para remoção/promoção e realização do Congresso Estadual de Magistrados.

O primeiro tema debatido foi o vencimento do biênio de juízes eleitorais e o critério de preenchimento das zonas va-

gas. O associado Marcos Peixoto falou sobre a situação dos magistrados que atuam no município de Nova Iguaçu e explicou detalhes sobre o Procedimento de Controle Administrativo (PCA) ingressado no Conselho Nacional de Justiça (CNJ). A Diretoria da Amaerj decidiu pela intervenção, como *amicus curiae*, para apoiar o PCA.

O segundo tema tratado foi a obrigatoriedade de curso para formação de Turma Recursal. Ficou definido que será feito um pedido de dispensa ao Conselho da Magistratura em razão da

irretroatividade da resolução. Também será requerida ao órgão a reabertura do edital com exibição dos vídeos do curso obrigatório e a reordenação do edital ou esclarecimento da forma de votação, para que as titularidades sejam todas votadas antes das suplências.

O terceiro item da pauta, referente ao momento de verificação do cumprimento do interstício para remoção/promoção, já foi resolvido pelo TJ-RJ, que fixou o prazo. Ficou definido que o marco do interstício começa a contar a partir da data do último dia do edital.

Requerimento da Amaerj sobre o cumprimento da Meta 1 do CNJ é atendido

Pleito apresentado levou em consideração os diversos feriados e pontos facultativos do mês de novembro

O TJ-RJ atendeu o requerimento (Nº 2012-0231611) apresentado pela Associação, em 29 de novembro, conforme noticiado na edição anterior do Amaerj Notícias, pleiteando que o Tribunal deixasse de exigir dos magistrados, exclusivamente em novembro, o cumprimento da Meta 1 do CNJ, da mediana estabelecida pela Comissão

de Apoio à Qualidade dos Serviços Judiciais (Comaq) e também da produção do número mínimo de sentenças.

Através de ofício, o presidente da Comaq, desembargador Paulo Gomes da Silva Filho, informou à presidência do TJ-RJ que a Comissão já havia deliberado sobre o tema. Ficou estabelecido que no cálculo da produtividade nas acumu-

lações, relativas ao mês de novembro, seriam descontados os dias considerados como feriado ou ponto facultativo.

A informação foi enviada, através de ofício, pelo presidente do TJ-RJ na gestão 2010-2011, desembargador Manoel Alberto Rêbello dos Santos, ao presidente da Amaerj, Cláudio dell'Orto.

Projeto de inclusão social da Amaerj beneficiou mais de 800 estudantes em 2012

Juristur levou os jovens para conhecer o Palácio da Justiça, Biblioteca, Tribunal Pleno e Câmaras Cíveis e Criminais

O projeto Juristur/Conhecendo o Judiciário, da Amaerj, recebeu 866 estudantes no último ano. Através do programa, 610 alunos do ensino fundamental e médio e 256 universitários de Direito visitaram as instalações do Judiciário fluminense e conheceram, na prática, o funcionamento do Fórum. Em parceria com o TJ-RJ, a Secretaria Municipal de Educação e a Fetranspor, 24 instituições de ensino do estado participaram do projeto.

Nas visitas, os estudantes tiveram a oportunidade de conhecer o Antigo Palácio da Justiça, a Biblioteca do TJ-RJ, o Tribunal do Júri, o Tribunal Pleno e as Câmaras Cíveis e Criminais. Os alunos ainda conversaram com magistrados e realizaram julgamentos simulados. Idealizado pelo juiz Paulo Jangutta, diretor de Assistência da Amaerj, o Simulado Recursal foi a novidade do projeto em 2012.

O Juristur recebeu estudantes de 17 instituições de ensino fundamental e médio: Escolas Municipais Princesa Isabel, Von Martius, Nicarágua, Escultor Leão Veloso, Carlos Lacerda, Alberto José Sampaio, Coelho Neto, Paulo Bri-



Projeto abriu as portas do Judiciário fluminense para alunos do ensino fundamental, médio e universitário

to, Anísio Teixeira, Bolívar, Orsina da Fonseca e Ridavávia Correa, Colégio João de Barros, Escola Padre Leonardo Carrescia, Rede MVI, Escola Verde e Escola Anglo-Americano.

Também participaram do projeto sete faculdades de Direito: Universidade Salgado de Oliveira (Universo), Universidade Federal Fluminense (UFF), Faculdade Gama e Sousa, Universidade

Candido Mendes (UCAM), Universidade Gama Filho (UGF), Faculdade São José e Faculdade CNEC.

O juiz Joel Pereira dos Santos é o coordenador do Juristur e a advogada Francisca Lima é a responsável pela logística do programa. As inscrições para o Juristur 2013 estão abertas e podem ser feitas pelo e-mail juristur@amaerj.org.br ou pelo telefone (21) 3861-1127.

AÇÃO AMAERJ

Amaerj lança enquete sobre exigência de curso para remoção e promoção por antiguidade

Nova pesquisa foi lançada no site da Associação em janeiro

Está disponível para votação no site da Amaerj (www.amaerj.org.br), desde janeiro, a nova enquete da Associação. O tema é a obrigatoriedade de curso de aperfeiçoamento para aferição do critério de antiguidade para designações, remoções ou promoções.

Resultado de enquete

A Associação também divulgou o resultado da enquete anterior, que teve como tema a especialização da

atividade jurisdicional. A enquete foi encerrada em dezembro e contabilizou 152 votos.

A opção mais votada foi “Indispensável, porque facilita julgamentos de acordo com modernas correntes doutrinárias e jurisprudenciais, devendo observar as mais diversas especialidades”, com 99 votos, totalizando 65%.

Em segundo lugar ficou a opção “Parcialmente importante, bastando distinguir entre a jurisdição cível e criminal”, com 13% dos votos. Duas

opções empataram, recebendo 8% dos votos. São elas “Irrelevante, porque todos os magistrados devem estar habilitados a julgar quaisquer causas, a exemplo do Supremo Tribunal Federal” e “Irrelevante, devendo ser respeitada a isonomia na distribuição do serviço entre todos os magistrados”.

Entre as cinco opções, a que teve menor número de votos foi “Parcialmente importante, bastando distinguir entre as causas de direito público e privado”, com 7% dos votos.

Congresso de Responsabilidade Civil encerra programação da Amaerj em 2012

Ministro Antônio Herman Benjamin conduziu debates com juristas da América Latina e América do Norte



Juristas da Argentina, Brasil e Estados Unidos realizaram debates distintos sobre temas da atualidade e tendências futuras no cenário nacional e internacional

Patrocinado pela Associação, em parceria com as Organizações Globo e TJ-RJ, o seminário promoveu o debate sobre temas distintos do cenário atual na América Latina e América do Norte. O ministro Antônio Herman Benjamin, do STJ, mediou os debates sobre Internet, instituições financeiras, saúde, defesa

do consumidor e danos ambientais.

Participaram do evento o presidente da Amaerj Cláudio dell'Orto, o então presidente do TJ-RJ; desembargador Manoel Alberto Rebêlo; a atual presidente da Corte, desembargadora Leila Mariano, e o então corregedor-geral de Justiça, desembargador Antônio José Azevedo Pinto.

Palestrantes

Os expositores internacionais foram o presidente da Corte Suprema da Argentina, ministro Ricardo Lorenzetti, o professor William Powers, da Faculdade de Direito da Universidade do Texas, e os professores argentinos Gabriel Stiglitz, da Universidade de La Plata, e Jorge Mosset-Iturraspe, da Universidade de Santa Fé.

Representando o TJ-RJ participaram os magistrados Cláudia Telles de Menezes, Elton Leme, Ricardo Couto de Castro, André Andrade, Luiz Eduardo Castro Neves e Rossidéllo Lopes. De São Paulo, os desembargadores Nelson Calandra, presidente da AMB, e Roque Mesquita, presidente da Apamagis. O juiz Eugenio Terra, vice-presidente da Ajuris (RS), também participou. O encontro ainda reuniu professores das principais instituições nacionais de ensino de Direito.

TJ-RJ

Mantida a exigência de curso para designação por merecimento

Código de ética da magistratura foi um dos fatores que fundamentou a decisão

Fundamentado no voto condutor do desembargador Ricardo Couto, o Conselho da Magistratura reconheceu como válida, em 10 de janeiro, a exigência de curso como condição, para designação de membro por antiguidade das Turmas Recursais. A decisão baseou-se no Código de Ética da Magistratura e no fato de que se tra-

ta somente de designação temporária.

O Conselho acolheu o requerimento da Amaerj para serem votadas primeiramente as titularidades nas Turmas e, no final, todas as suplências. O órgão disciplinar do TJ-RJ também indicou os novos membros das Turmas, acolhendo a sugestão da Comissão dos Juizados Especiais (Cojes).

Futuramente será avaliada a necessidade de questionamento da própria Resolução 14/2012, que instituiu a exigência do curso prévio para aferição de antiguidade, já que, em maio, o Supremo Tribunal Federal, com base em voto do ministro Ricardo Lewandowski, negou o Mandado de Segurança 28451.

TJ-RJ ganha sete novas Câmaras Cíveis até abril

Lei Nº 6.375, que determina a criação, foi sancionada pelo governador Sérgio Cabral em 27 de dezembro

Até abril, o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJ-RJ) terá mais sete novas Câmaras Cíveis. Segundo a Lei Nº 6.375, sancionada pelo governador Sérgio Cabral em 27 de dezembro de 2012, a instalação das Câma-

ras deverá ser realizada em até 120 dias da vigência da lei, por meio de ato da presidência do TJ-RJ. A composição destas seguirá o critério de remoção por antiguidade.

A lei também determina mudanças no Código de Organização e Divisão

Judiciária do Estado do Rio de Janeiro. Os desembargadores agora serão distribuídos em 35 Câmaras, sendo 27 Cíveis e 8 Criminais. As Câmaras Cíveis de numeração 23ª a 27ª terão competência exclusiva em Direito do Consumidor.

Amaerj reúne dezenas de magistrados no primeiro encontro associativo do ano

Coordenado pelo presidente Dell'Orto o encontro estabeleceu as atividades associativas para 2013



Magistrados apresentaram sugestões e projetos futuros para melhorar o desempenho das Diretorias

A reunião da Amaerj para definir o Planejamento Estratégico de 2013, realizada no dia 18, contou com a participação de mais de quarenta magistrados. O encontro, transmitido ao vivo pelo site da Amaerj, teve início com a prestação de contas.

O presidente Cláudio dell'Orto apresentou uma planilha detalhada com toda movimentação financeira da Associação em 2012.

VEJA ABAIXO AS PRINCIPAIS QUESTÕES QUE FORAM ABORDADAS:

Departamento de Comunicação

O juiz Gustavo Quintanilha Telles de Menezes foi convocado pela Presidência do TJ-RJ para assumir a função de Juiz Auxiliar. Com isso, a juíza Andrea Maciel Pachá e o desembargador Antonio José Ferreira Carvalho assumirão o departamento.

Diretoria Cultural

O desembargador Walter Felipe D'Agostino, diretor cultural da Amaerj, ressaltou a importância das atividades culturais e sugeriu, para 2013, o incentivo à adesão dos magistrados à Associação Amigos Teatro Municipal do Rio Janeiro.

Diretoria Executiva

A juíza Maria Paula Gouvea Galhardo, que ocupava o cargo de Secretária Geral, também foi convocada para assumir a função de Juíza Auxiliar. O juiz

Ricardo Alberto Pereira, que era o 1º Secretário, agora assume a função.

Projetos Sociais

A desembargadora Cristina Tereza Gaulia, diretora de Projetos Sociais, propôs a criação do "Fundo Sonhar Amaerj". O projeto visa, com a ajuda de parceiros institucionais e magistrados voluntários, auxiliar pessoas na realização de sonhos e crescimento profissional.

Juristur

O juiz Joel Pereira dos Santos e a advogada Francisca Lima, coordenador e secretária do Juristur, respectivamente, apresentaram as conquistas ao longo de 16 anos e as propostas do projeto para 2013. Para este ano o objetivo é contemplar comarcas afastadas da capital.

Conselho Deliberativo e Fiscal

A juíza Mafalda Lucchese, membro efetivo do Conselho Deliberativo e Fiscal, falou sobre o projeto "Toda Criança Tem Direito à Filiação", que visa alertar a população da importância do registro completo na certidão de nascimento. A iniciativa, que foi transformada em lei de Duque de Caxias (Lei 2.402/2011), também se tornou lei estadual (6.381/2013).

Diretoria de Direitos Humanos

A diretora de Direitos Humanos, juíza Denise Appolinária, confirmou a

segunda edição do Prêmio Juíza Patrícia Acioli de Direitos Humanos. Em 2013, a premiação (Práticas Humanistas e Monografias) será aprimorada, através de grupos de estudos multidisciplinares.

Diretoria Social

A juíza Denise Nicoll, diretora Social, apresentou a agenda de eventos regulares da Associação em 2013: Festa dos Aniversariantes do Trimestre (Março, Junho e Setembro) e Festa de Final de Ano. Para a confraternização final foram sugeridos ajustes na venda de ingressos, que em 2012 esgotaram em três dias.

Colônia de Férias de São Pedro da Aldeia

A desembargadora Elizabete Alves de Aguiar, diretora da Colônia de Férias de São Pedro da Aldeia, fez um balanço anual da sede praiana, que contou com mais de 40 reparos nas instalações. A magistrada também apresentou a programação de 2013.

Diretoria de Desportos

Os juizes Ricardo Starling e Sandro Espíndola falaram sobre os Jogos Nacionais da Magistratura, que acontecerão entre 17 e 21 de abril, em São Paulo. A prática de tênis e futebol na sede campestre, em Vargem Grande, também teve destaque.

Coordenadoria de Defesa de Prerrogativas e Direitos dos Magistrados

A juíza Márcia Correia Hollanda, membro da coordenadoria de Defesa de Prerrogativas, relembrou os temas abordados no Ciclo de Debates da Associação: Unificação de Entrâncias, Gabinete do Juiz e Sistema de Informática do TJ-RJ. A juíza falou da importância dos magistrados terem um espaço para debater questões da carreira.

Congresso Estadual de Magistrados no Rio de Janeiro

No encerramento da reunião, o presidente da Amaerj pediu sugestões dos associados para a realização de um Congresso Estadual de Magistrados no Rio de Janeiro.

TJ-RJ celebra o Dia da Justiça

Em comemoração ao Dia da Justiça, celebrado em 8 de dezembro, o TJ-RJ homenageou personalidades que prestaram relevantes serviços à cultura jurídica e ao Judiciário fluminense. O presidente da Amaerj, Cláudio dell'Orto, participou do evento, que também contou com a presença dos desembargadores Manoel Alberto Rebêlo dos Santos; Antonio José Azevedo Pinto; Nametala Machado Jorge; Nascimento Antonio Póvoas Vaz e Antonio Eduardo Ferreira Duarte. Além dos ministros do STJ Luís Felipe Salomão e Marco Aurélio Bellizze, também prestigiaram a cerimônia o desembargador Luiz Zveiter, a atual presidente do Tribunal, desembargadora Leila Mariano, o procurador-geral de Justiça Cláudio Soares Lopes e o presidente do TCE, Jonas Lopes.

(Com informações do TJ-RJ)



Presidente da Amaerj participou do evento, que aconteceu no Pleno do TJ-RJ, em dezembro

Dilma Rousseff sanciona lei que reajusta subsídio de forma escalonada

A presidente Dilma Rousseff sancionou, em dezembro, sem vetos, a lei que reajusta o subsídio dos ministros do STF no total de 15,76%, em três anos. Em 1º de janeiro o salário dos ministros passou de R\$ 26.723,13 para R\$ 28.059,29. Em janeiro de 2014, aumentará para

R\$ 29.462,25 e, em 2015, passará para R\$ 30.935,36.

O novo teto nacional de remuneração do serviço público desagradou as principais entidades de classe. O motivo da insatisfação, segundo relato de associações de magistrados, é que a reposição monetária de 15,76%, dividida

em três anos, nega a eficácia da liminar concedida pelo STF. A liminar para que o Senado votasse a proposta da recomposição monetária, nos moldes propostos pelo Supremo, sugeria um aumento de 30%, equivalente à inflação dos últimos sete anos.

(Com informações do JusBrasil e Conjur)

Jaime Dias Pinheiro é o novo desembargador do TJ-RJ



Dell'Orto prestigiou a cerimônia de posse

Eleito por antiguidade, em votação unânime, Jaime Dias Pinheiro Filho tomou posse no TJ-RJ, em 14 de janeiro, na vaga decorrente da aposentadoria do desembargador Antônio César Siqueira, presidente da Amaerj no biênio 2010-2011. O magistrado teve como padrinhos os desembargadores Luiz Fernando Ribeiro de Carvalho e Mario dos Santos Paulo.

Titular da 43ª Vara Cível desde outubro de 1998, Jaime Pinheiro ingressou na magistratura em 2 de dezembro de 1991 e atuou também nos fóruns de Itaperuna, Porciúncula, Santo Antônio de Pádua, São João da Barra, Volta Redonda, Bangu, Santa Cruz, Jacarepaguá e Madureira. Formado em Direito pela Universidade Gama Filho, ele exerceu a advocacia entre junho de 1977 e novembro de 1991.

(Com informações do TJ-RJ)

Projeto da juíza Mafalda Lucchese vira lei estadual

Objetivo é conscientizar as famílias sobre a importância do reconhecimento da paternidade no registro civil

Membro efetivo do Conselho Deliberativo e Fiscal da Amaerj, a juíza Mafalda Lucchese, da 1ª Vara de Família de Duque de Caxias, criou o projeto “Toda Criança Tem Direito à Filiação”. A iniciativa deu origem ao projeto de lei da deputada Claise Maria, presidente da Comissão de Assuntos da Criança, do Adolescente e do Idoso da Assembleia Legislativa do Rio (Alerj), agora é a Lei Estadual Nº 6.381/2013, sancionada pelo governador Sérgio Cabral, em 10 de janeiro.

A lei estabelece que as instituições de ensino públicas ou particulares, municipais, estaduais ou federais localizadas no estado deverão solicitar à mãe os dados do suposto pai e informá-la sobre os procedimentos jurídicos para que possa efetuar o reconhecimento de paternidade. Tudo de forma confidencial e sigilosa. O pedido deve ser feito no ato da matrícula ou na transferência

de menor que não possua paternidade estabelecida.

“Os formulários são preenchidos pelas escolas e encaminhados para os órgãos responsáveis para que sejam realizados os procedimentos necessários. Mas a mãe não é obrigada a nada, afinal, a lei é de conscientização e não de tortura”, destacou Mafalda.

De acordo com a magistrada, seu projeto surgiu após o Censo Escolar de 2009, que mostrou que havia mais de quatro milhões de alunos da rede pública fluminense sem o nome do pai em seus registros de nascimento, o que provoca, como consequência, a baixa autoestima do estudante, a diminuição do desempenho escolar, além de outros prejuízos. “Atuo na Vara de Família desde 1996 e vejo que a maioria dos pais não faz o reconhecimento da paternidade por falta de conhecimento da lei”, explicou a juíza.

Em parceria com a Secretaria Municipal de Educação e de Ação Social, o



Projeto criado pela juíza pode virar lei federal

projeto foi implantado em Duque de Caxias e transformado na Lei Municipal Nº 2.402/2011. Após se tornar lei estadual a iniciativa também pode ser ampliada. “Também há um projeto de lei federal do deputado Alessandro Molon”, completou Mafalda.

(Com informações do TJ-RJ)

Lâmina Central recebe o nome do desembargador Gilberto Fernandes

Magistrado aposentado foi assassinado, em outubro, durante tentativa de assalto ocorrida em Niterói



Família do magistrado participou da homenagem, realizada no Dia da Justiça, no Fórum Central

O TJ-RJ prestou homenagem, em 8 de dezembro, durante as comemorações do Dia da Justiça, ao desembargador Gilberto Fernandes atribuindo o seu nome ao prédio da Lâmina Central do Complexo Judiciário estadual. O magistrado, que atuou durante quase 30 anos no TJ-RJ, foi assassinado durante um assalto, em outubro do ano passado, no Município de Niterói.

“Esta tragédia novamente traz à tona a necessidade urgente de se pensar sobre a violência, que destrói e permeia nossa sociedade, e exigir providências imediatas para o cumprimento da garantia constitucional de segurança”, declarou o presidente da Amaerj, Cláudio dell’Orto.

Estiveram presentes à solenidade a viúva Maria José Alves Fernandes, a filha Gilza Maria Fernandes, o sobrinho Sérgio Cordeiro Fernandes,

os netos Lucas e Vitória, familiares e amigos do desembargador. “Meu pai deixa saudades e marcas profundas de sua passagem por esta casa no exercício de sua função”, afirmou Gilza. “Diversos foram os legados deixados para a família e amigos, como seu desapego, humildade e o gosto pela música”, completou o sobrinho.

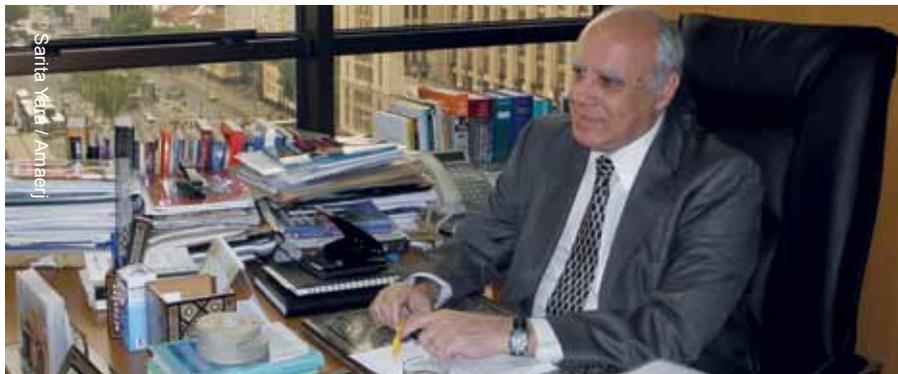
O desembargador Gilberto Fernandes nasceu em Niterói, em 1933. Formou-se em Direito pela Universidade do Estado da Guanabara, hoje UERJ. Aprovado em concurso público para a Magistratura do Estado do Rio de Janeiro, foi nomeado, em 14 de janeiro, de 1974 juiz de direito da primeira entrância, com exercício na 1ª Região Judiciária, na vaga do juiz Paulo Roberto Ventura. Alçou ao cargo de desembargador do TJ-RJ em 1998 e aposentou-se ao completar 70 anos de idade, em março de 2003.

(Com informações do TJ-RJ)

Para desembargador Luiz Fernando Ribeiro de Carvalho o STF precisa rever o modelo de escolha de seus ministros

Em artigo, magistrado defende que a Instituição preserve sua independência

O desembargador Luiz Fernando Ribeiro de Carvalho, presidente da Comissão Mista de Comunicação Institucional do TJ-RJ e ex-presidente da Amaerj no biênio 1995 a 1997, defende em artigo publicado no jornal O Globo, em 24 de janeiro, que o recurso da lista tríplice, modelo já utilizado pelos Tribunais Superiores para indicar os ministros que irão compor a Corte, seria o mais adequado para o Supremo Tribunal Federal encaminhar a indicação de novos magistrados.



Desembargador Luiz Fernando Ribeiro de Carvalho defende lista tríplice para STF

A corrida ao Supremo: matando no peito?

Em sua coluna Panorama Político, publicada no Globo de 11 de janeiro último, o jornalista Ilimar Franco informa, em nota sob o título “A corrida ao Supremo”, que 4 Ministros do STJ já se encontram em franca campanha na busca de apoio político para indicação pela Presidente Dilma Roussef para ocupar a vaga aberta no STF pela aposentadoria, em novembro, do Ministro e Ex-Presidente da Corte Ayres Britto. Conforme a referida notícia, os 4 Ministros em campanha seriam Nancy Andrighi, Luis Felipe Salomão, João Otávio de Noronha e Benedito Gonçalves, todos de elevado conceito e inquestionável valor jurídico e ético. Assim, não é por aí que mora o perigo.

Em recente matéria da Folha de São Paulo, incluindo entrevista do Ministro do STF Luiz Fux, a propósito de revolta de dirigentes da cúpula petista contra condenações por ele proferidas no rumoroso processo do mensalão, referiu-se que a origem da indignação decorreria do alegado uso pelo entrevistado – quando buscava a nomeação para o STF e referindo-se ao exame do processo – da expressão “mato no peito”. A referência indicaria, como ocorre com os craques do futebol, que um virtuose do Direito não teria maior dificuldade para livrar certos réus, especialmente aqueles situados na cúpula do governo ou do principal partido de sua base política.

Ora, ainda que o entrevistado esclarecesse que qualquer afirmação – no momento da “candidatura”, portanto antes de conhecer o processo-, seria relativa em comparação com aquele posterior ao contato com os autos, não resta dúvida de que para seus interlocutores resultou, na ocasião anterior, uma ideia de compromisso de exculpação dos réus ou no mínimo da atenuação de seu tratamento penal.

Assim, para evitar qualquer ideia de promiscuidade entre política e julgamento, resulta claro que os critérios de seleção para o STF demandam uma profunda revisão. Agora mesmo, quando de sua posse na Presidência da Corte, o Ministro Joaquim Barbosa advertiu enfaticamente sobre os enormes riscos da influência política na carreira da magistratura. Não se pode imaginar

que esse risco só exista nos degraus iniciais da magistratura e que a independência não seria ferida de morte se a influência afeitasse somente os escalões superiores, justamente aqueles com a palavra final nas causas de maior importância social, econômica e até política. Como alertou Guizot, quando a política penetra no recinto dos tribunais, a Justiça se retira por alguma porta.

Como contribuição inicial ao debate, uma saída pode estar na adoção do modelo utilizado para os Tribunais superiores, que elaboram uma lista tríplice (art. 104, parágrafo único, I e II, CRFB), por sua vez submetida ao Presidente da República, que indica um dos nomes para nomeação, após sabatina no Senado Federal. Com isso, põe-se um limite ao arbítrio quase incontrastável do Executivo, limitando sua escolha aos nomes da lista tríplice formada no próprio STF, daí decorrendo um sistema mais acentuadamente republicano de participação na escolha do novo ministro e se afastando uma fórmula de alta combustão para produzir risco de degradação institucional.

Ao mesmo tempo, estaria sensivelmente atenuada a possibilidade de constrangimento ao STF, que como guardião e intérprete final da Carta da República não deve ficar submetido a situações de debilitação moral perante a nação, preservando sua parcela de independência em relação à ela e aos poderes constituídos. O controle de constitucionalidade não pode ser tratado como subalterno pela ingerência da política partidária. A mudança do critério de escolha busca evitar que uma relação de promiscuidade leve ao ingresso em nossa maior Corte de Justiça pela via de campanhas políticas de duvidosa credibilidade moral ou simplesmente “matando no peito” uma bola que, fora do terreno futebolístico, carrega perigosa afronta à Constituição, podendo disparar um verdadeiro tiro no peito da democracia.

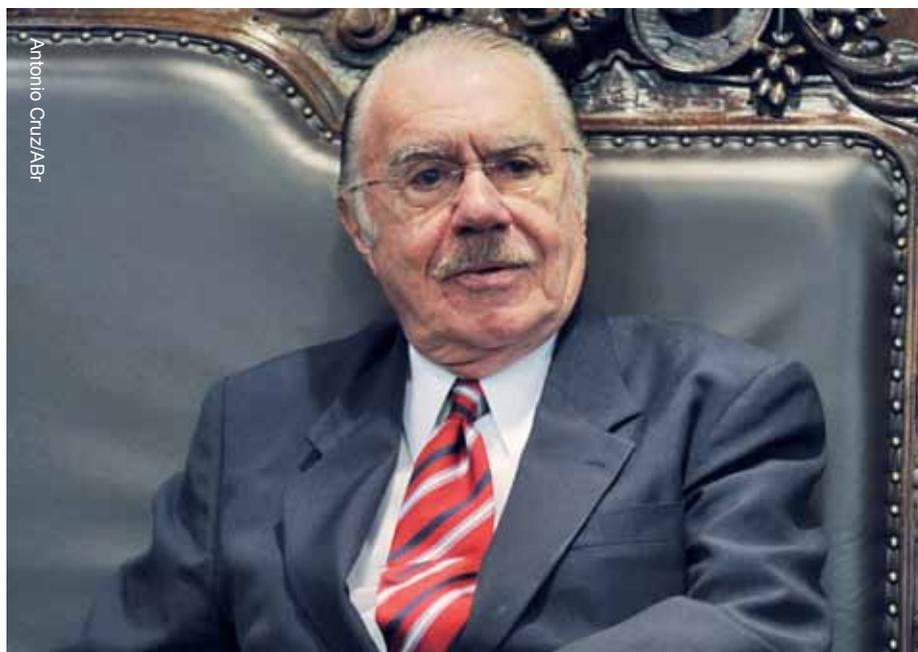
Luiz Fernando Ribeiro de Carvalho

Desembargador TJRJ

Presidente da COMCI – Comissão Mista de Comunicação Institucional

Congresso discute reforma de seis códigos

Juristas estudam atualizar regras de investigação na legislação penal



José Sarney é o responsável pelas comissões que modificarão os Códigos legais brasileiros

Com o término do recesso em fevereiro, o Congresso Federal deve discutir mudanças em seis Códigos legais brasileiros: o Código Comercial, o Código Penal, o de Processo Penal, de Processo Civil, de Direito do Consumidor e Eleitoral.

Embora o Código Comercial seja o mais antigo deles – datado de 1850 e o único que não partiu de iniciativa do presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP) –, a reforma há mais tempo

discutida é a do Código de Processo Penal. Desde 2008, o Parlamento estuda a renovação das regras de investigação para se processar cidadãos por crimes previstos na legislação penal.

Todas as comissões de juristas convidados por Sarney para sugerir ajustes e inovações na redação dos novos textos, serão também responsáveis pela formulação do novo Código Penal, que vem enfrentando os debates mais acirrados. O anteprojeto foi alvo de críticas da OAB e

de outras 19 entidades, que pediram a paralisação da proposta que está sob análise de uma comissão especial de senadores.

Os críticos do anteprojeto atacaram o que entenderam por distorções no novo texto, como a que pune com até quatro anos de prisão quem agredir um animal, enquanto a pena para a omissão de socorro a uma criança é de seis meses. O projeto, que teve mais de 350 emendas, abre ainda a discussão para a descriminalização do porte de drogas e a criminalização da homofobia.

O Senado deve realizar audiências públicas nos estados, de fevereiro a abril. De acordo com o senador Eunício Oliveira (PMDB-CE), presidente da comissão especial de senadores responsável por examinar a proposta, o texto já recebeu mais de 30 mil sugestões de organizações da sociedade civil e de entidades da área jurídica. “Queremos debater amplamente as propostas e construir um texto que represente a média do pensamento do Brasil. O Código Penal precisa ser modernizado e unificado, mas precisamos fazer isso ouvindo a sociedade e levando em conta as sugestões”, disse Eunício de Oliveira. A expectativa dos líderes partidários do Senado é que o novo Código Penal seja votado no Plenário em junho.

(Com informações do Conjur e Brasil Econômico)

Presença de juízes nas comarcas é defendida

Magistrados destacaram a importância da norma constitucional nas atividades jurisdicionais

Durante o 94º Encontro do Colégio Permanente de Presidentes de Tribunais de Justiça, realizado no início de dezembro, em Recife (PE), presidentes de 19 tribunais de Justiça comprometeram-se formalmente em difundir a obrigação, expressa na Constituição Federal (CF), relativa à presença do juiz na comarca. A CF determina que juízes titulares devem residir na respectiva comarca. Os pedidos de exceção devem ser analisados crite-

riosamente, cabendo aos tribunais a autorização.

Em carta produzida durante a reunião, os magistrados ressaltaram a importância do efetivo cumprimento da norma constitucional, não só para o atendimento das atividades jurisdicionais, mas, sobretudo, como agente de pacificação social e garantia da sociedade. O corregedor nacional de Justiça, ministro Francisco Falcão, presente no evento, também defende a campanha.

Para o presidente do Colégio, desembargador Marcus Faver, juízes só devem morar longe de suas comarcas quando o local não atende às suas necessidades básicas, como ter moradia e escola para os filhos. Segundo ele, um juiz longe de sua comarca faz com que o povo tenha a sensação de Justiça inexistente. Para o desembargador, a obrigação evita que magistrados só trabalhem em suas comarcas de terças às quintas, já que precisam voltar para as cidades onde residem.

Câmara aprova projeto que torna hediondos crimes ligados à pedofilia

Decisão que amplia a pena mínima de reclusão para 5 a 10 anos com multa será avaliada pelo Senado

A Câmara dos Deputados aprovou, em 5 de dezembro, projeto que torna hediondos os crimes relacionados à pedofilia e inclui outras atividades no conceito de exploração sexual, como aliciamento, agenciamento, atração ou indução de crianças. O projeto altera o Código Penal e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e também aumenta a pena mínima de reclusão para quem cometer este crime. Hoje em dia a pena de reclusão é de 4 a 10 anos e o projeto amplia para 5 a 10 anos, com multa. Porém, o projeto ainda retornará ao Senado, pois sofreu alterações em seu texto.

Além de ampliar a pena mínima, o projeto também dobra a pena em casos de agravantes, como por exemplo, crimes cometidos com emprego de violência ou grave ameaça, ou por quem é próximo à criança ou adolescente e tira proveito da exploração sexual – seja ele parente consanguíneo ou não. Também aqueles que exploram sexualmente os menores, ou compactuam com isso – no caso de



Câmara aprova projeto que aplica punição mais severa para crimes ligados à pedofilia

proprietários ou gerentes de locais onde a criança ou adolescente esteja sendo vítima de exploração sexual – serão punidos com pena de reclusão de cinco a dez anos, podendo perder bens móveis e imóveis onde for constatado o crime de pedofilia, a exemplo do que já ocorre hoje com crimes relacionados ao tráfico de drogas.

Além dos crimes de pedofilia, o projeto também tipifica como hediondos crimes de tráfico internacional e tráfico interno de pessoa para fim de exploração. Também será considerado crime hediondo, o crime de venda de órgãos para transplantes, consumados ou como tentativa.

A relatora do projeto, Elcione Barbalho (PMDB-PA), afirmou que, com a aprovação deste substitutivo, construído por meio de consenso entre as lideranças partidárias e o governo, “esperamos ter dado uma resposta à sociedade que há muito clamava pelo rigor e endurecimento das penas nos casos de violência sexual contra crianças e adolescentes. A CPI da Pedofilia fez um trabalho cuidadoso e abriu os olhos do Brasil para uma realidade alarmante. Tínhamos que dar uma resposta à altura”, declarou a deputada.

(Com informações do jornal O Globo)

CNJ investirá em gestão de tribunais

Recursos aplicados provêm de doação do Banco Mundial

Iniciativa pioneira do Banco Mundial com o Judiciário brasileiro, a doação de US\$ 450 mil ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) financiará um projeto que pretende melhorar a gestão orçamentária e de recursos humanos dos 27 tribunais estaduais do país. “Nossa meta é melhorar o acesso à Justiça e a prestação jurisdicional”, declarou a diretora executiva do Departamento de Pesquisas Judiciárias do CNJ, Janaína Penalva da Silva, em entrevista ao jornal Valor Econômico.

Para supervisionar a aplicação dos recursos a serem disponibilizados num período de dois anos e quatro meses, o Banco Mundial irá autorizar a contratação de uma consultoria brasileira independente especializada na gestão de processos organizacionais, cujo nome ainda não foi anunciado.

O repasse do dinheiro já foi liberado em abril por meio da Procuradoria-Geral da

Fazenda Nacional (PGFN). Para Janaína, é recomendável que, ao fim do projeto, o CNJ elabore e submeta à aprovação uma resolução com normas de gestão a serem seguidas pelos tribunais.

Melhorias na estrutura

O CNJ já verificou que há diferença no acesso à Justiça no Brasil. Segundo a pesquisa “Justiça em Números”, em 2011 foram ajuizados 4,2 mil novos casos por 100 mil habitantes em Estados como Maranhão e Piauí. Por outro lado, nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, o número passa de 11,3 mil. O que, para o Conselho, pode estar ligado à falta de eficiência no gasto e na desproporção entre a demanda e o número de servidores.

A alocação de pessoas e recursos também é problemática, segundo o CNJ. Em 2011, 87,8% dos R\$ 26,3 bilhões do or-

çamento dos tribunais foi com despesas de pessoal, o que impede investimentos em áreas fundamentais para dar eficiência ao trabalho, como informática e capacitação de servidores. “Às vezes, não há falta de dinheiro, mas dificuldade na execução orçamentária. Devemos investigar os motivos”, diz o pesquisador do CNJ, Santiago Varela.

Dividido em três etapas, o projeto “Diagnóstico e Fortalecimento dos Tribunais de Justiça dos Estados” fará um pente-fino nos documentos e práticas de gestão dos tribunais. Depois, a empresa vai escolher os dez tribunais com melhor desempenho e elaborar um modelo a ser aplicado nos três tribunais com os piores resultados. A terceira fase consiste em prestar consultoria a esses tribunais para melhorar o processo de trabalho.

(Com informações do Valor Econômico)

Desembargadora Leila Mariano toma posse como nova presidente do TJ-RJ

Magistrada irá priorizar pontos estratégicos na administração do Tribunal



Valorizar os magistrados e servidores é um dos objetivos da nova presidente

Em 4 de fevereiro, a desembargadora Leila Mariano assumiu a presidência do TJ-RJ, em cerimônia oficial realizada no Novo Pleno. Também foram empossados os desembargadores Valmir de Oliveira Silva, corregedor-geral da Justiça; Nascimento Antônio Póvoas Vaz, 1º vice-presidente; Nametala Machado Jorge, 2º vice-presidente; Nilza Bitar, 3ª vice-presidente, e Sérgio Verani, diretor-geral da Emerj.

Eleita com 161 votos, a desembargadora Leila Mariano é a primeira mulher a ocupar o cargo de presidente do Tribunal do Rio. Formada em 1972 pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Leila Maria Carrilo Cavalcante Ribeiro Mariano ingressou na magistratura fluminense em 1979, tendo sido promovida a desembargadora em 1998.

Seguindo a proposta de trabalho apresentada no período eleitoral, e

elaborada a partir de diálogos com juízes de diversas especialidades e colegas desembargadores, a nova presidente declarou que destacará em sua gestão seis pontos estratégicos para a administração do TJ-RJ, que são: a efetividade jurisdicional, gestão dialógica, valorização dos magistrados e servidores, melhoria da comunicação institucional interna e externa, investimento em tecnologia e prestação de contas dos atos de gestão, não só dos atores internos, mas da sociedade em geral.

Vale acrescentar que o plano estratégico da desembargadora leva em conta os aspectos da sustentabilidade, que, mais que uma necessidade, é segundo ela, uma exigência das atuais circunstâncias locais e globais. “Além da economicidade, da limitação dos impactos decorrentes das atividades jurisdicionais e administrativas, buscar-se-á dignificar todos os seus agentes e realizar pactos com representantes do poder público e da iniciativa privada, com a finalidade de implementar a autocomposição dos conflitos na busca da política de pacificação de que trata o III Pacto Republicano”, declarou Leila Mariano.

Experiência em gestão

A desembargadora acaba de deixar a diretoria-geral da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro (Emerj), experiência que ela considera fundamental para o novo desafio que se apresenta, embora já possua um forte histórico nesse âmbito: foi diretora-geral do Tribunal de Alçada Cível e diretora do Conselho Consultivo da Escola de Administração Judiciária (Esaj). “O Tribunal cresceu muito e a administração pública ganhou complexidade

antes inexistente. A passagem pela Emerj serviu como um intensivo para que eu veja novos ângulos e adquira conhecimentos atualizados sobre a prática da gestão pública, sobre seu controle”, afirma a presidente.

Por seu histórico na administração das Escolas Judiciais, Leila também pretende valorizar a educação. “Magistrados e servidores precisam ter conhecimentos humanísticos que lhes propiciem conhecimento para poder enfrentar questões mo-

rais do dia a dia”. No que tange ao número de juízes, a desembargadora comenta que, embora existam cem vagas a serem preenchidas, há uma limitação pela Lei de Responsabilidade Fiscal, que somente permite gastos de 5,7% da receita líquida do Estado com pessoal. Com isso, neste ano serão empossados apenas 50 novos juízes, ficando para seu segundo ano de mandato a elaboração de estratégias que convirjam para a admissão de um número maior de magistrados.

Desembargadora Letícia Sardas é empossada presidente do TRE-RJ

Magistrada é a primeira mulher a ocupar o cargo nos oitenta anos da Justiça Eleitoral fluminense



Desembargadora Letícia Sardas pretende seguir a linha rigorosa contra os crimes eleitorais

O Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro empossou, em 31 de janeiro, a desembargadora Letícia de Faria Sardas. Em oitenta anos de existência é a primeira vez que a Justiça Eleitoral fluminense tem uma mulher como autoridade máxima da Corte. Colegas de carreiras, autoridades do Executivo e Legislativo, além de representantes de diversos setores da sociedade, prestigiaram a cerimônia de posse realizada na Sala de Sessão do Órgão Especial do TJ-RJ.

A magistrada foi eleita presidente da TRE-RJ, em sessão solene realizada em 10 de dezembro. Na ocasião, o desembargador Luiz Zveiter, então presidente da Corte, manifestou a confiança no trabalho da sucessora. “A desembargadora Letícia continuará contribuindo com sua sensibilidade e cultura jurídica para que o TRE possa atender aos an-

seios do povo”, afirmou Zveiter.

Vice-presidente do TRE-RJ em 2011 e 2012, Letícia Sardas é bacharel em Direito pela Universidade Federal Fluminense, com pós-graduação em Direito da Comunicação pela Universidade de Coimbra. A desembargadora é reconhecida pela atuação firme na defesa de um Judiciário forte e célere, e também por sua intensa produção intelectual e acadêmica, exposta em livros, artigos e cursos. Foi presidente da 20ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro e, em diversas ocasiões, exerceu a função de juíza eleitoral.

Amaerj - Quais as principais ações que a desembargadora pretende desenvolver como presidente do TRE-RJ?

Algumas ações serão destacadas neste primeiro ano de gestão:

- O Tribunal Superior Eleitoral (TSE)

tem projetos de recadastramento biométrico de alguns municípios e estamos desenvolvendo o referente ao município de Niterói, com a cessão do Estádio Caio Martins, localizado no bairro de Santa Rosa, pelo Governo do Estado, Sérgio Cabral, para implantação do serviço.

- As obras da sede do TRE-RJ, iniciadas na gestão do desembargador Luiz Zveiter, estarão em plena atividade, com atenção priorizada, visando atender ao cronograma previamente estabelecido.

- Daremos especial atenção à Assessoria de Comunicação, visando fortalecer os laços com a imprensa e os mais diversos meios de comunicação interna e externa.

- Reestrutura da ASEGUR - Assessoria de Segurança visando garantir a segurança das diversas zonas eleitorais.

- Desenvolvimento de um projeto de Fiscalização Permanente da Propaganda Eleitoral, visando prevenir e orientar partidos políticos e candidatos, mapeando as possíveis zonas de conflito.

Amaerj - Quais os principais problemas enfrentados pela Justiça Estadual atualmente e quais as soluções cabíveis?

Os anos ímpares, em que não são realizadas eleições, são importantes para o enfrentamento dos problemas detectados no período eleitoral. O TRE-RJ, no final do ano passado realizou um encontro com os diversos setores da administração, com equipes voltadas para a análise dos incidentes e avaliação de soluções preventivas para o próximo ano.

Amaerj - A última eleição municipal do Rio de Janeiro foi marcada pelo grande rigor contra a prática de crimes eleitorais. A desembargadora pretende manter esta linha de atuação? Por que?

Sim. O TRE-RJ pretende seguir a linha rigorosa contra a prática de crimes eleitorais, visando a garantia do voto livre e consciente, como única forma de assegurar o estado democrático de direito.

Amaerj participa de reunião sobre os VI Jogos Nacionais da Magistratura

Encontro definiu a programação das competições esportivas de 2013 e abriu o período de inscrições

Os Jogos Nacionais da Magistratura serão realizados de 17 a 21 de abril, mas a organização do evento já está de prontidão. A primeira reunião para definir detalhes desta que é a 6ª edição do campeonato ocorreu em 10 de janeiro e contou com a participação do juiz Sandro Pitthan Espíndola, representando a Amaerj, além de magistrados de diversas associações.

No encontro ficou definido que os Jogos acontecerão em São Paulo, no Conjunto Esportivo “Constâncio Vaz Guimarães”, mais conhecido como o ginásio do Ibirapuera. As inscrições já estão abertas e a Amaerj convida todos os associados a participarem, incluindo

seus familiares que tiverem interesse em representar a magistratura fluminense no campeonato. Os treinos serão marcados oportunamente, a partir da formação das equipes.

De acordo com o diretor de Esportes da Associação, juiz Ricardo Starling, a prática esportiva com os colegas é extremamente importante para a saúde e o congraçamento. “A exigência cotidiana torna o trabalho do juiz muito desgastante e, com isso, o esporte é fundamental para manter a saúde física e mental. Com o intuito de fomentar a prática esportiva e a união da classe, a Amaerj pretende contar com a presença de um grande grupo de magistrados nos Jogos. Não

queremos craques, queremos participantes”, afirmou o juiz. Confira no quadro as modalidades esportivas que foram definidas para os gêneros Masculino e Feminino.

Campeonato Nacional de Futebol

Também já estão definidas as datas dos torneios do Campeonato Nacional de Futebol. A categoria Livre será disputada entre os dias 14 e 17 de agosto, no Acre. O Super Sênior acontecerá no final de agosto, no Amazonas, e o Sênior será realizado no Amapá, entre os dias 16 e 19 de outubro. O Rio Grande do Sul sediará, entre 13 e 16 de novembro, o Campeonato Master.

(Com informações da AMB)

Modalidades esportivas da 6ª edição dos Jogos Nacionais da Magistratura



Futsal



Vôlei



Basquete



Tênis de Mesa



Corrida Rústica
(5 km e 10 km)



Natação



Judô



Sinuca



Tiro ao alvo (fuzil,
pistola 9mm, carabina
22 e 38 e revólver 38)



Xadrez



Provas de atletismo:
corrida (100m, 200m
e 400m), revezamento
(4x100, 1km/1,4km
e 4 x 400) e salto
(altura/distância)

Represente a magistratura do Rio nos Jogos Nacionais

Para participar dos Jogos da Magistratura ou em qualquer categoria do Campeonato Nacional de Futebol, os associados da Amaerj devem enviar seus nomes, competição e a modalidade de interesse para o e-mail: vinicius@amaerj.org.br.

Associadas elogiam SPA das Mamães no Espaço Botani

O reforço dos laços familiares foi um dos benefícios enfatizados pelas magistradas

As juízas Ana Beatriz Mendes Estrella, Elen de Freitas Barbosa e Renata Travassos Medina parabenizaram a Amaerj pela iniciativa do SPA das Mamães, realizado entre 13 e 18 de janeiro, na sede campestre da Associação, em Vargem Grande. As magistradas agradeceram a direção da entidade e a equipe do Espaço Botani pela semana de relaxamento e diversão com os filhos.

Confira abaixo os depoimentos das magistradas:

“Passei uma semana agradabilíssima na companhia de minhas colegas mães-magistradas e nossos rebentos! É bom ter a segurança de saber que, em um momento tão difícil para a magistratura, que sofre ataques de todos os lados, a nossa Associação se preocupa em nos amparar também com esse tipo de cuidado, garantindo a tranquilidade fundamental ao exercício de nossa atividade”.

Ana Beatriz Mendes Estrella

“Uma semana para relaxar e adquirir hábitos alimentares saudáveis na companhia de nossos filhos. Foi maravilhoso. O contato com colegas em ambiente totalmente dissociado do trabalho propiciou



Magistradas se divertiram e relaxaram ao lado dos filhos em um momento descontraído

novos vínculos de amizade. A Amaerj está de parabéns e deve renovar a oportunidade, proporcionando a outras mães, tão agradável experiência”.

Elen de Freitas Barbosa

“Obrigada Cláudio dell’Orto por ter acolhido o nosso pedido. Relaxamos, comemos bem, malhamos, enquanto os nossos filhos se acabaram de tanto brincar com a recreadora. O esquema montado para as babás também funcionou! Temos que fazer sempre nas férias escolares. Assim, todos os interessados poderão ir com os filhos”.

Renata Travassos Medina

Espaço Botani

Pensando no bem-estar de seus associados, a Amaerj possui a sede de seu próprio SPA, o Espaço Botani, em Vargem Grande, um dos bairros mais tranquilos da zona oeste do Rio. O local conta com estrutura com campo de futebol, duas quadras de tênis, uma poliesportiva, piscina para adultos e crianças e área de lazer. Para relaxar, duas saunas (uma seca e uma a vapor), ofurô e hidromassagem. Além disso, oferece cinco salas de relaxamento, estética, salão de beleza e espaço para prática de pilates. São 16 suítes ao todo. É a Amaerj garantindo mais qualidade de vida para seus associados.

CONVÊNIOS

A Amaerj tem convênio com duas grandes livrarias no estado do Rio de Janeiro: a Saraiva e a Cultura. A editora Espaço Jurídico, especializada em publicações sobre Direito, também é outra conveniada, que oferece atendimento e descontos exclusivos para associados. Para obter mais informações sobre as parcerias, fale com um representante disponível através dos contatos abaixo.



Saraiva Livraria

Lojas Mega Ouvidor, Mega Rio Sul, Plaza Niterói, Sete de Setembro (Centro do Rio de Janeiro), Barra Shopping. 10% em artigos de papelaria e livraria (exceto livros didáticos) e 5% em música e filme.



Livraria Lúmen Juris e Cultural da Guanabara
Desconto de 40% na compra de livros editados pela Lúmen Juris. Para publicações de terceiros o desconto é de 25%. www.lumenjuris.com.br



Descontos de 40% nos livros da editora e 30% nos outros livros.

Desconto mediante apresentação da carteira de associado, Av Presidente Antonio Carlos, 607/slj
Tel – (21) 22626612
No Fórum a entrega é gratuita

Fluxo Financeiro da AMAERJ - Demonstrativo de Acompanhamento Mensal - Ano 2012

Demonstrativo da AMAERJ

	Julho	Agosto	Setembro
Saldo Abertura (C/C + Aplicações)	1.082.017,49	1.002.684,80	964.267,39

Receitas da AMAERJ

Mensalidades de Associados / Dependentes	266.205,40	273.613,50	273.410,80
Taxa Administrativa Golden Cross	20.237,04	38.365,26	15.553,79
Taxa Administrativa de Seguros / Empréstimos	10.290,34	3.812,96	15.726,73
Subvenções Diversas	108.000,00	98.500,00	61.274,75
Reserva Colônia / Campestre	6.299,03	8.366,28	21.981,92
Receitas Financeiras / Rendimentos	507,29	1.104,38	864,62
Recebimento do Seguro de Vida	85.865,66	87.749,00	87.040,42
Recebimento de Empréstimos dos Associados	145.270,77	141.201,48	139.294,20
Receb. Do Plano 3G VIVO	10.211,68	10.353,13	10.246,01
Venda de Patrimônio	-	-	-
Conta de terceiros	19.972,66	28.778,98	19.662,88
Total de Receitas	672.859,87	691.844,97	645.056,12

Despesas da AMAERJ

Salários	85.543,17	81.332,12	44.366,51
Benefícios (Ass médica, alimentação, Transp)	19.020,25	18.988,97	18.495,29
Encargos (inss, fgts, pis)	35.791,64	44.191,80	32.217,98
Tarifas (água, luz, telefone, condomínio)	15.912,22	17.672,23	18.182,62
Consultorias/Serviços Prestados - PF / PJ	82.644,37	87.108,82	86.221,44
Eventos / Encontros / Confraternizações	26.385,49	31.765,68	26.066,43
Boletins, Jornais, Revista e Correios	6.158,41	2.526,42	2.673,89
Material de Escritório / Uso e Consumo	6.460,58	2.629,94	2.085,83
Manutenção e Conservação Bens	-	-	-
Despesas Bancárias	683,07	752,63	624,66
Despesas com Regionais e Subseções	10.614,79	15.939,60	12.592,05
Despesas Extraordinárias	157.000,48	130.898,93	131.255,01
Investimentos / Imobilizações	43.042,08	42.020,65	34.225,52
Impostos Diversos	3.367,50	4.832,25	4.164,03
Plano 3G VIVO	13.695,24	13.996,06	13.756,81
Repasse Seguro de Vida Magistrados	87.182,80	87.093,12	88.602,30
Repasse dos Empréstimos dos Associados	152.247,03	141.935,88	141.317,60
Repasse para conta de terceiros	6.443,44	6.577,28	6.577,28
Total de Despesas	752.192,56	730.262,38	663.425,25

Saldo Final (C/C = Aplicações)	1.002.684,80	964.267,39	945.898,26
Valores em Depósito para Repasse a terceiros	445.408,24	470.702,77	459.025,58
Saldo em Conta Corrente da AMAERJ	557.276,56	493.564,62	486.872,68

Demonstrativo do FAIM

Saldo Abertura (Aplicações)	546.554,91	554.979,96	564.198,70
Mensalidades "FAIM"	6.443,44	6.577,28	6.577,28
Despesas / Consultoria	-	-	-
Receitas Financeiras / Rendimentos	1.981,61	2.641,46	3.074,80
Saldo Final (Aplicações)	554.979,96	564.198,70	573.850,78

Demonstrativo do Fundo de Desportos

Saldo Abertura (C/C)	2.705,05	2.889,05	3.061,65
Mensalidades Desportos	228,00	228,00	228,00
Despesa Bancária	44,00	55,40	44,00
Saldo Final (C/C)	2.889,05	3.061,65	3.245,65

Demonstrativo da AMAERJ - Doações

Saldo Abertura (C/C)	28.147,00	28.147,00	28.147,00
Doações Recebidas	-	-	-
Despesa Bancária	-	-	-
Saldo Final (C/C)	28.147,00	28.147,00	28.147,00

Apoio

Patrocínio

Instituto

JUSTIÇA & CIDADANIA

BR PETROBRAS

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAIS RICO E PAIS SEM POBREZA